



Ana Vieira é doutora em Ciências da Educação, na área da Educação Social e Mediação Sociopedagógica e mestre em Ciências da Educação – História e Problemas Atuais da Educação pela UTAD- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

É, atualmente, professora adjunta na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS) do Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e investigadora do do CICS.NOVA pólo do IPLeiria.

Trabalhou em Portugal com Américo Peres, Professor agregado na UTAD, e em Espanha com José António Caride, professor catedrático na Universidade de Santiago de Compostela.

A sua investigação incide sobre Mediação intercultural, Educação social, Pedagogia Social, Mediação Sociopedagógica, Mediação Sociocultural, Trabalho Social e Indisciplina, áreas onde tem publicado em livros, revistas nacionais e estrangeiras, e onde tem desenvolvido comunicações que tem apresentado em congressos nacionais e internacionais.

É investigadora integrada do CICS.NOVA.IPLeiria.

É, ainda, membro da RESMI – Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural.



Ricardo Vieira nasceu em Albergaria dos Doze, em 1961. É Mestre em Antropologia Social e Sociologia da Cultura pela FCSH-UNL, Doutor em Antropologia Social, Pós-Doutor em Serviço Social e Agregado em Antropologia da Educação pelo ISCTE. No ano de 2000, foi galardoado com o Prémio Rui Grácio, prémio nacional para o melhor trabalho de investigação em Educação realizado em Portugal, SPCE (Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação).

É, atualmente, Professor Coordenador Principal (Full Professor) da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, Professor Decano do Instituto Politécnico de Leiria e Investigador do CICS.NOVA pólo do IPLeiria.

Trabalhou em Portugal com Raul Iturra, Professor Catedrático do ISCTE-IUL, e em França com Pierre Bourdieu, François Bonvin, Monique Saint Martin e Marie Elisabeth Handman da EHESS e do Collège de France.

As suas áreas de investigação preferenciais, onde tem publicado vários livros e artigos científicos são: Histórias de Vida e Identidades; Metamorfoses da Identidade; Antropologia da Educação; Educação e Diversidade Cultural; Mediação intercultural; Identidades nos Idosos; Pedagogia Social e Identidades Pessoais e Profissionais.

É investigador integrado do CICS.NOVA.IPLeiria.

É, ainda, membro da RESMI – Rede de Ensino Superior de Mediação Intercultural.

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/SOC/04647/2013



9 789728 562748



05

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

ANA MARIA VIEIRA | RICARDO VIEIRA

05

ANA MARIA VIEIRA | RICARDO VIEIRA

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

COLEÇÃO a Sagina

ÍNDICE

Nota de apresentação	7
<i>Isabel Baptista</i>	
Prefacio	9
<i>José Antonio Caride</i>	
Prefácio	13
<i>Américo Peres</i>	
Introdução	17
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	

Capítulo 1

A MEDIAÇÃO INTERCULTURAL COMO PRÁTICA DA PEDAGOGIA SOCIAL

1. Educação Social, Pedagogia Social e Competências na Intervenção do Profissional	25
<i>Ana Vieira</i>	
2. Da Desconstrução do Formal e não Formal na Educação Social	39
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
3. Da Profissão [Educação Social] ao Campo de Conhecimento [Pedagogia Social]: Profissão e Profissionalização em Educação Social	47
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
4. Pedagogia Social, Mediação Intercultural e Intervenção Social	55
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
5. Competências da Mediação Intercultural como prática da Pedagogia Social	65
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
6. Da visão tradicionalista da Pedagogia Social à nova Educação Social	71
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
7. Ética(s) e Educação Social	80
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	

Capítulo 2
PEDAGOGIA SOCIAL, MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO

1. Viver e Conviver: Pedagogia Social, Comunicação e Mediação Intercultural	95
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
2. Intervenção Social, Mediações Socioculturais, Prevenção e Resolução	98
<i>Ana Maria Vieira</i>	
3. Educação Proibida e Pedagogias da Transformação	103
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
4. A Pedagogia Social e a Mediação na Transformação dos Olhares Patologizadores das Diferenças Socioculturais	106
<i>Ana Maria Vieira</i>	

Capítulo 3
NA ESCOLA:
PEDAGOGIA SOCIAL E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

1. Diversidade Cultural e Mediação Escolar	113
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
2. A patologização da Diferença em Territórios Escolares	117
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
3. As Potencialidades da Mediação Escolar ou da Mediação Sociopedagógica na Construção de uma Escola para a (Con)vivência	121
<i>Ana Maria Vieira</i>	
4. Tensões Sociais e Conflitos na Escola: da Prevenção e da Resolução	124
<i>Ana Maria Vieira</i>	
5. Educação, Escola, Aprendizagem e Ensino	127
<i>Ricardo Vieira</i>	
6. Educação e Trabalho Social na Escola	130
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	
7. Ensino Superior, Mediação Sociocultural e Sociopedagógica	133
<i>Ana Maria Vieira</i>	
8. Pedagogias Diferenciadoras e Emancipadoras	136
<i>Ana Maria Vieira Ricardo Vieira</i>	

Capítulo 4
COMPLEXIDADE
E (TRANS)FORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS

1. Da (In)comunicação nos Sistemas de Ensino: breve apontamento	153
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
2. Ensino Politécnico e Ensino Universitário: nomes, coisas e "faz de conta"	156
<i>Ricardo Vieira</i>	
3. Professor ou Contratado?	165
<i>Ana Maria Vieira</i>	
4. Ser Voluntário... ..	168
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
5. Escola, Educação e Ensino: incursões reflexivas a propósito da adequação ao Processo de Bolonha	171
<i>Ricardo Vieira Ana Maria Vieira</i>	
6. Escola, Física e Sociedade	174
<i>Ricardo Vieira</i>	
7. Dar e Receber: conteúdo, forma e mudança na vida dos professores em Bolonha	177
<i>Ricardo Vieira</i>	

TÍTULO

Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações

AUTOR

Ana Maria Vieira | Ricardo Vieira

EDIÇÃO

PROFEDIÇÕES, Lda./ Jornal a Página

COLEÇÃO

a Página

CONCEÇÃO GRÁFICA

Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.

Tiragem

1000 exemplares

Depósito legal

408254/16

ISBN

978-972-8562-74-8

1.ª Edição: Abril 2016

PROFEDIÇÕES, Lda. / Jornal a Página da Educação

R. D. Manuel II, 51 C – 2.º andar – sala 2.5

4050-345 Porto

Tel. 226 002 790 • Fax 226 070 531

livros@profedicoes.pt

redacao@apagina.pt

<http://www.apagina.pt/>

<http://www.profedicoes.pt/livraria>

NOTA: Os textos publicados na coleção a Página são sujeitos a um processo de arbitragem científica assegurado por investigadores devidamente acreditados, pertencentes ao Conselho Editorial e/ou à bolsa de colaboradores permanentes da revista a Página da Educação.

2.

Ensino Politécnico e Ensino Universitário: nomes, coisas e “faz de conta”

Ricardo Vieira

ESECS-IPL e CICS.NOVA.IPLLeiria

Que há muito as Universidades portuguesas se viraram para o meio onde se inserem, promovendo, também, desenvolvimento regional, todos sabemos. As tais atividades de “extensão” que aqui e ali vamos ouvindo referenciar. Que, há algum tempo, também, os Institutos Politécnicos passaram a conceder o grau de Mestre e a fazer investigação em centros reconhecidos pela FCT, também é verdade. Que vivemos numa época que exige racionalização e racionamento e que não pode haver mais escolas que alunos, também o comum dos mortais sabe.

Que o interior de Portugal seria ainda mais desigual, menos competitivo e mais vazio, demograficamente, se não tivesse havido o desenvolvimento do Ensino Politécnico em cada distrito, penso ser também inquestionável.

Agora que os Institutos Politécnicos se queiram transformar todos em Universidades de Ciências Aplicadas, ou em Universidades Técnicas como mais recentemente se tem ouvido falar, renovando a reivindicação que de há uma década para cá dava pelo nome de Universidades Politécnicas, parece-me muito pouco razoável para este retângulo de cerca de 500 por 240 Km na sua máxima extensão.

Primeiro, os nomes têm valor próprio. Os nomes também contam, é verdade, ao contrário do que defendem, muitas vezes, outros. Ser do Politécnico não é ser da Universidade. O nome cria a primeira realidade e identidade. Um

estudante do Politécnico não é um estudante Universitário, por muito que a muitos custe.

Num tempo de fusões, integrações, redes e racionalização económica, penso que muitos Politécnicos deveriam pensar em unir-se com outros ou mesmo com outras Universidades, a exemplo do que fez a Universidade Técnica, recentemente, com a Universidade Clássica.

Portugal não poderá vir a ter, nunca, 10 Universidades mais uma dúzia de Universidades de Ciências Aplicadas, para pensar apenas no ensino público. Seria incomportável e irracional.

De resto, a Universidade só por si, só pelo nome (Universal...) deve representar quer os saberes mais teóricos quer os mais aplicáveis. O adjetivo, “Ciências Aplicadas” por si só, só introduziria mais desigualdade. A designação não alteraria nada. É uma reivindicação antiga assente sempre no assumir da desigualdade como especialidade. Coragem e bom senso seria querer ser Universidade (*tout court*), o que daria muito trabalho e precisaria de muitas outras práticas e trabalho conjunto ao invés de cada distrito se pensar como ilha, Universidade que teria/terá, sempre, o ensino e investigação mais aplicados e os mais fundamentados dos conhecimentos [a separação é uma abstração e uma ilusão]. O Ensino Politécnico poderia/deveria integrar as Universidades, como acontece já com a Universidade do Algarve e de Aveiro, com fusões e ou reorganizações (mas não com dois estatutos desiguais). E, já agora, com um único Estatuto da Carreira Docente para todo o ensino Superior. Um sistema unitário e não binário como o que temos e que gera desigualdades em nome da diferença reivindicada, ainda que abstrata e artificial entre teoria e prática.

Querer esse nome de Universidade de Ciências Aplicadas, tipo Decreto, é querer ser Universidade sem trabalho para tal. Poderá ser, contudo, o que vai acontecer, mais cedo ou mais tarde, por simples trabalho político, neste Portugal do “faz de conta”. Com a tomada de posse do XXI Governo Constitucional, em 26 de novembro de 2015, o Ensino Superior voltou a ganhar um ministro próprio, o Professor Manuel Heitor, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES). O novo governo chefiado pelo Dr. António Costa separou, de novo, e bem, o Ministério da Educação do do Ensino Superior e Ciência. E ainda bem. Era muita responsabilidade e trabalho para um só ministério e os resultados que o Professor Nuno Crato nos deixou foram catastróficos. Temos,

assim, o Professor Manuel Heitor, que tinha sido Secretário de Estado do falecido Professor Mariano Gago, como novo Ministro. E ganhou-se, também, uma nova esperança que se ergueu relativamente à investigação. Contudo, à data em que reconstruímos e aprofundamos este texto (20 de fevereiro de 2016), o ministro Manuel Heitor já anunciou “Modernizar” [o conteúdo do documento tornado público no início de fevereiro de 2016 é, contudo, muito perverso] os Politécnicos ainda antes do verão de 2016.

O MCTES diz pretender lançar, ainda antes do verão de 2016, uma ação de política pública que visa reforçar e valorizar o impacto dos institutos politécnicos na sociedade e economia portuguesa à volta de cinco eixos programáticos:

- A. Incentivar atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) baseadas na experiência. No IPLeiria (IPL) há já várias UI acreditadas pela FCT. Onde está a novidade?
- B. Reforçar a oferta de formações especializadas de curta duração, facilitando o acesso ao ensino superior e qualificando a força de trabalho. O IPL já tem 34 CTeSP em funcionamento. É para aumentar ainda mais?
- C. Fomentar a melhoria do desempenho e da qualidade da despesa pública, estimulando a Formação de massas críticas através de consórcios, sempre que adequados. Vamos para Tomar e Santarém, semanalmente? E quem paga as viagens? E o que se ganha? E os investigadores que têm centros em rede com Universidade Portuguesas, acreditadas com Muito Bom, serão proibidos de continuar essa ação?
- D. Estimular uma rede de “Cidades e Regiões com Conhecimento”, incluindo:
 - 1. Nordeste Transmontano, envolvendo o Instituto Politécnico de Bragança;
 - 2. Alto Minho, envolvendo o Instituto Politécnico de Viana do Castelo e o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave;
 - 3. a Beira Interior, envolvendo o Instituto Politécnico de Viseu, o Instituto Politécnico da Guarda e o Instituto Politécnico de Castelo Branco;
 - 4. Oeste, envolvendo o Instituto Politécnico de Leiria, o Instituto Politécnico de Santarém e o Instituto Politécnico de Tomar;
 - 5. Alentejo, envolvendo o Instituto Politécnico de Setúbal, o Instituto Politécnico de Portalegre e o Instituto Politécnico de Beja;

6. Algarve Mediterrâneo, envolvendo o ensino politécnico da Universidade do Algarve; e, depois, em género elitista, o legislador acrescenta: e ainda nos contextos urbanos de:

7. Porto, envolvendo o Instituto Politécnico do Porto;

8. Coimbra, envolvendo o Instituto Politécnico de Coimbra;

9. Lisboa, envolvendo o Instituto Politécnico de Lisboa. Mas nunca relacionando estes 3 últimos IP com as Universidades que lhes estão próximas. Para quem quer criar “Cidades e Regiões com Conhecimento” é, no mínimo, estranho, não?

- E. Alargar a base social do conhecimento e a sua especialização progressiva em temáticas com forte apropriação territorial, incluindo: Serviços, com ênfase em competências digitais; Hospitalidade, turismo e hotelaria; Tecnologias da saúde, enfermagem e apoio social; Artes e cultura, incluindo profissões técnicas no âmbito das artes do espetáculo; Agroalimentar e florestas, incluindo a articulação das escolas agrícolas; o Indústria e gestão de tecnologia; Contabilidade, auditoria e serviços de gestão financeira; Educação e formação.

Até o DN de 15 de Fevereiro de 2016 intitula a matéria da seguinte forma: “Politécnicos prontos para fazer investigação para as empresas locais”. É mesmo de quem nada sabe da investigação que se faz há muito em muitos politécnicos.

Depois, o mesmo jornal, ainda acrescenta que «Joaquim Mourato, presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), não esconde o entusiasmo com o facto de, “pela primeira vez em muitos anos”, o Ministério da Ciência e Ensino Superior estar “a olhar para os politécnicos no sentido de os valorizar”». Estranho, conhecemos bem o colega Joaquim Mourato e não cremos que ele não perceba a rasteira que o MCTES está a passar ao ensino politécnico.

O Sindicato Nacional do Ensino Superior, SNESUP, tomou de imediato posição e ripostou, e bem, dizendo:

“Compreendendo o esforço, infelizmente demonstra-se um claro prejuízo no programa de modernização dos politécnicos. Esse prejuízo tem de terminar, sob pena de termos todo o subsistema a andar para trás.”

Há não muito tempo comentávamos na InfoSNESup a criação de um novo termo no jargão do ensino superior, “fundamentalismo binário”, a propósito de um texto escrito pelo colega Pedro Lourtie, dizendo que estava por provar que o atual governo fosse menos fundamentalista em relação ao sistema binário, que o anterior. Bastante razão tínhamos em relação a tais cautelas, tendo em conta os recentes desenvolvimentos.

O termo modernização no dito programa de modernização dos politécnicos não parece mais do que um eufemismo, que na verdade significa separação, contenção e regresso às origens. Na verdade, o que se pretende é conter a tendência de aproximação entre os dois subsistemas. Ou seja, regressamos ao tão famigerado aprofundamento do sistema binário, qual quimera perseguida mesmo nos tempos de Mariano Gago.

No essencial, o programa propõe consórcios só de politécnicos (nada de misturas) exceto no caso de Bragança, onde se propõe (imagine-se) um consórcio com Espanha, onde nem sequer existem politécnicos. Mas nada de misturas com as universidades em Portugal, se querem misturar-se que seja com os espanhóis. Por outro lado, a ênfase ao nível formativo é dada nas formações curtas, mais uma vez para distinguir das universidades, que não têm tal coisa. Mesmo no que toca ao, aparentemente simpático, programa para desenvolvimento de programas de investigação, os projetos deverão ser apenas de curta duração (até um ano), também para não haver misturas e não incomodarem muito tempo. Investigar sim, mas apenas investigação politécnica, curta, local, e baseada na experiência, seja lá o que isso for. Redes Europeias de investigação sim, mas só com os politécnicos dos países com um sistema binário parecido com o nosso e muita cautela para que não tenham programas de doutoramento.

O CCISP parece aplaudir de pé estas medidas, que mais não são que um presente envenenado para remeter os politécnicos para o lugar de onde, e segundo parece à tutela, nunca deveriam ter saído. Enfim, modernizar sim mas de acordo com o padrão de há 40 anos e numa perspetiva de completo e absoluto apartheid. Quanto a fundamentalismo binário estamos conversados, já que esta parece ser a visão mais radical de separação dos dois subsistemas que alguma vez tutelou o ensino superior em Portugal. (InfoSNESup 247, Newsletter fevereiro de 2016 – 1ª quinzena. Sindicato Nacional do Ensino Superior, Associação Sindical de Docentes e Investigadores).

De repente, parece que o sonho da transformação dos politécnicos em universidades aplicadas começa a descambar. Mas também é verdade que essas Universidades, apelidadas de Aplicadas, seriam sempre aquelas que não são como as outras, que não são como as Universidades, que são diferentes [mas desiguais]. Uma identidade que seria sempre reconhecida pela negativa. O adjetivo significaria sempre a negação da plenitude universitária.

Se viessem a ser Universidades de Ciências Aplicadas, o Ensino Politécnico iria querer, depois, também, legitimar “doutoramentos profissionais”, ou coisa parecida, quem sabe, com equivalência direta dos especialistas que tem vindo a criar recentemente. Não nos parece um caminho racional, nem sério, nem mesmo sólido, cientificamente.

Repare-se que até a única Universidade Técnica do País, a única com a inversa e desnecessária adjetivação, já desapareceu por fusão com a Universidade Clássica.

Penso que ou se é Universidade, com direitos e deveres iguais, ou não se é. Portugal, país rico de tanta coisa, essencialmente de “faz de conta”, continua a não reorganizar o Ensino Superior em Portugal e a não obrigar ao pensamento coletivo sempre que por vontade própria as instituições não o fazem.

Nesta matéria, como em muitas, infelizmente, tem ganho o “faz de conta”, ao invés da avaliação séria do quem somos e do que queremos ser, sustentados, claro, em direitos e deveres iguais para todo o Ensino Superior.

Já relativamente ao Instituto Politécnico de Leiria, desde há muitos anos que o vemos como diferente e com grandes potencialidade de se transformar na Universidade de Leiria. A discussão sobre esta matéria teve início ainda no final do século XX quando era Presidente o Professor Doutor Luciano de Almeida. Mas o número de doutores era muito escasso e as prioridades foram para a consolidação do corpo docente.

Finalmente, nos finais de 2015, o Conselho Geral deliberou que o Presidente do IPL, Professor Doutor Nuno Mangas, pudesse iniciar trabalho de estudo, consultação, pareceres, etc., para que o IPLeiria venha a obter o Estatuto de Universidade e a poder conceder todos os graus académicos, desde os CTeSP até ao doutoramento. E é neste quadro, bem distinto dos restantes politécnicos, que se encontra o IPLeiria, acreditando poder contribuir, ainda mais, para o

desenvolvimento da região e de se transformar numa região/universidade competitiva não só em termos nacionais mas, também, internacionais. Com isso, muita discriminação e desigualdade existente no sistema binário se extinguiria.

Um professor do ensino politécnico (EP) pode orientar um doutorando numa Universidade (EU) mas ninguém pode fazer doutoramento num Politécnico, independentemente de ter Centros de Investigação com Muito Bom ou Excelente, avaliados de igual modo como os Centros das Universidades.

Muita desigualdade. A prova de Agregação, por exemplo, nunca foi muito buscada pelos professores do EP porque não permitia ascender a um topo similar ao de Professor Catedrático no EU, o que veio a acontecer apenas com os novos estatutos da carreira do EP, o designado ECDESP, publicados em 2009, passados 30 anos sobre os anteriores, e a criação da categoria de Professor Coordenador Principal, com igual salário ao de Professor Catedrático.

Mas a desigualdade na diversidade continuou. O Professor Auxiliar, EU, por exemplo, pode fazer Agregação e passa a assumir a categoria de Professor Auxiliar com Agregação, o que equivale, em termos remuneratórios, a Professor Associado. Já no EP, e há de momento muitos casos, um professor Adjunto com Agregação continua a ter o mesmo vencimento como se não tivesse feito esta prova realizada perante 5/6 catedráticos, numa Universidade que reconhece o candidato como um par que pode realizar 3 provas que são avaliadas em 2/3 dias seguidos.

O EP, em Portugal, é considerado um subsistema que, conjuntamente com o subsistema universitário, compõe o ensino superior português mas, na prática, há, claramente, uma discriminação, uma estigmatização do EP, disfarçada de discursos retóricos sobre a aprendizagem de uma profissão e do que se fala é das Universidades. Há, claramente, falta de *status* para os politécnicos, em geral, que ora são ignorados, ora discriminados e tratados como ensino pós secundário. Paulo Ferrão, novo diretor da FCT diz que é preciso "*Unir, de facto, os centros de investigação, as universidades e os investigadores. Temos de tentar todos juntos ligar mais as diferentes partes, para servir melhor a comunidade científica e aumentar a dignidade da FCT e dos investigadores. Há desconfiança entre as partes e temos de criar confiança*". Boa intenção mas logo com uma contradição: nem uma palavra sobre os politécnicos e também neles há UI de excelência.

Falta de *status*, neste caso, também para o IPEiria que só por não ter o Estatuto e nome de Universidade recebe menos dinheiro e recursos que universidades como Évora, Madeira, Algarve, UTAD, Beira Interior, etc., à frente das quais ficaria, seguramente, em vários itens, se pudesse ter o Estatuto e nome de Universidade. O IPL tem, de momento, 6 *campi*, para além do dos serviços centrais, distribuídos por 4 cidades, 5 escolas distribuídas desde Leiria até Peniche, 49 licenciaturas, 49 mestrados, 23 pós-graduações e 34 CTeSP. Só nos falta o curso de doutoramento. E, claro, o Estatuto e o *Status* de uma Universidade.

Todos os empresários, Câmaras Municipais (Leiria foi aquela exceção), e sociedade em geral sabem que quem perde é Leiria e a sua Região. Por isso mesmo, o Sr. Presidente do IPL, ainda numa reunião do passado dia 2 de fevereiro de 2016, depois de discutir e ouvir o Conselho Geral, afirmou tudo fazer para ganhar o estatuto e nome de Universidade porque quem estava a ser prejudicada era a própria Região de Leiria.

Status Social sim porque os estudantes e suas famílias aí, sim, poderão falar de frequência de universidade: a Universidade de Leiria.

Finalmente, é preciso registar que a ideia tão veiculada, hoje em dia, pelo senso comum de empresários, professores, estudantes, políticos e outros, alimentados por ideologias neoliberais, de que a investigação em ciência básica (ciência pura ou ciência fundamental) é distinta da ciência aplicada (ciência com aplicações para a sociedade e a indústria) é uma ideia completamente pobre, falsa e enganadora! É possível listar algumas diferenças, mas as duas são inseparáveis e complementares, como duas faces duma mesma moeda. Melhor, ainda: uma não existe sem a outra. Não pode ser esta a razão da existência de Ensino Politécnico separado do Ensino Universitário.

Os conhecimentos teóricos desenvolvidos por Einstein sobre emissão estimulada contribuiu, alguns anos mais tarde, para que pudéssemos ter hoje lasers que são utilizados na medicina, metalurgia, etc. A relação entre ciência fundamental e aplicada não é uma via de sentido único. Nem toda a investigação tem um fim operatório no imediato. O fim, tem sim, de ser, antes de mais, o prazer da descoberta.

Convoco, a este propósito, e para finalizar, Louis Pasteur para quem "Não há Ciência Aplicada, existem sim aplicações da Ciência." E que bom seria se, a

breve trecho a Assembleia da República deliberasse pôr termo ao sistema dual e discriminatório com que se confrontam os estudantes do Ensino Superior... Os Politécnicos estão irremediavelmente associados a um ensino de segunda, a um ensino para estudantes que maioritariamente têm estudantes com notas inferiores e que, erradamente, estão associados a um ensino prático como se teoria e prática não fossem, sempre, duas faces da mesma moeda.

Portugal precisa de um ensino Universitário, devidamente organizado, que permita a criatividade e a diferenciações pedagógica e investigativa dentro de cada instituição (o ensino Politécnico pode e deve estar dentro de Universidades, do nosso ponto e vista), não resultante duma classificação binária, cartesiana, excludente e discriminadora.